



**ANTÓNIO MANUEL HESPANHA**

Por

CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA  
Universidade Nova de Lisboa  
Faculdade de Direito da Universidade Nova

[acs@fd.unl.pt](mailto:acs@fd.unl.pt)

*e-Legal History Review* 31 (2019)

António Manuel Hespanha, nos deixou no dia 1 de Julho de 2019, foi, como tem sido reconhecido no muito que sobre ele se tem escrito nos últimos meses, o mais importante historiador do Direito português da sua geração. Professor e investigador em muitas

instituições académicas, em Portugal e no estrangeiro, ajudou a formar várias gerações de estudantes, historiadores e juristas. Lecionou a sua última aula em Abril de 2019, aos alunos e alunas da licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Fê-lo com o entusiasmo e o sentido de humor com que sempre falava sobre coisas que, afinal, eram sérias, e que abordou sempre de forma densa e profunda. Falou sobre o direito e a História do Direito, mostrando aos alunos que à pergunta “que é o Direito” foram dadas, historicamente, muitas e diferentes respostas. Falou sobre os juristas e o modo como, em vários contextos, mesmo naqueles que não lhes eram favoráveis, como durante o legalismo revolucionário francês, mantiveram sempre uma parte significativa do poder de “dizer o direito”, sublinhando que nem sempre o fizeram da forma certa, motivando os futuros juristas para as duras tarefas que os esperavam, se quisessem realmente servir a justiça. Falou também sobre a pré-modernidade e sobre como a modernidade, com o seu primado concedido à Razão, ao Estado Nação e à lei tinha atenuado, mas sem o afastar definitivamente, o pluralismo político das sociedades de Antigo Regime. Falou ainda sobre o direito dos «rústicos», aqueles cuja voz achava que tinha sido calada pela modernidade jurídica, e sobre o direito das populações locais dos impérios, igualmente subalternizado pela historiografia. Falou, portanto, dos temas que o ocuparam durante mais de quarenta anos de uma vida inteiramente dedicada à docência, à investigação e à intervenção cívica. Os alunos escutaram-no com atenção, riram-se e colocaram questões. Mas talvez não soubessem - certamente não sabiam – que tinham à sua frente um gigante. Alguém cuja obra científica foi tão marcante e fecunda para a historiografia, para a metodologia histórica e para a identidade disciplinar da História do Direito, que a referência a ela se tornou incontornável para todos os que a estudam e sobre ela investigam, seja em Portugal ou em Espanha, na Itália, na Alemanha e em muitos outros países europeus, no Brasil e em vários países da América latina.

O que a seguir se vai escrever é apenas um pouco do que foi o seu percurso.

A força do que veio a ser a renovação metodológica que António Hespanha realizou já estava presente numa das primeiras monografias que escreveu, a sua tese de mestrado, preparada entre 1968 e 1970, na Universidade de Coimbra, onde se formou (1967) e onde viria a ser docente. Aí surgem já sinais evidentes da influência de um dos autores que de forma mais permanente esteve sempre presente na sua obra, Michel Foucault. O título da monografia foi *Análise do discurso e história da ciência jurídica* (1970) e nela estava já presente o que António Hespanha considerou mais tarde ser “o elemento mais permanente da minha formação”. Um dos resultados mais notáveis dessa rutura aconteceu depois, com a publicação da sua tese de doutoramento, o livro *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político (Portugal, século XVII)* (1986), no

qual, restituiu ao modelo político do Antigo Regime português a sua alteridade, ao mostrar que não só não existia Estado no século XVII, como nem sequer existia ainda a ideia de o construir. Depois destes dois trabalhos e de muitos outros, que escreveu antes e depois – livros e artigos muito marcantes, como a *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, de 1982 ou o artigo "Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique", em *lus commune*", de 1983 - a história institucional e política de Antigo Regime em Portugal e, mais tarde, no Brasil, não voltou a ser a mesma. Rompeu com quase tudo o que até aí tinha sido escrito, insistindo num olhar antropológico sobre as monarquias de Antigo Regime, capaz de restituir-lhe a alteridade que as visões estadualistas tradicionais, muitas vezes anacrónicas, lhe tinham roubado. Fê-lo, primeiro em relação ao Reino, e, depois, ao mundo colonial, na América, na Ásia e na África.

Mais tarde, já docente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, recentrou a sua investigação numa revisão crítica sobre os imaginários jurídicos e político do período liberal, tendo aí criado, de novo, debates nacionais e internacionais que permanecem em aberto. Data desses tempos a publicação, entre muitos outros textos e livros, do livro *Guiando a mão invisível. Direitos, lei e Estado no liberalismo monárquico português* (2004), o qual procura mostrar que a "Revolução liberal" não introduziu uma ruptura absoluta em relação ao período anterior, nem no plano das instituições, nem no plano do Direito e das estruturas culturais que o explicam. Estes são somente alguns exemplos de entre as centenas de livros, artigos e obras que coordenou, em Portugal e no estrangeiro. Durante esses anos escreveu também, de forma tão crítica quanto a história criticado Direito que sempre cultivou, sobre o Direito na época contemporânea, nomeadamente em *O caleidoscópio do Direito. O Direito a Justiça nos dias e no mundo de hoje* (2ª ed:2009).

É também importante destacar a sua intervenção cívica, nomeadamente o trabalho que fez à frente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que dirigiu entre 1995 e 1998. Desse trabalho deixou-nos uma descrição exaustiva, em *Há 500 anos. Três anos de comemorações dos Descobrimentos portugueses* (1999). No exercício das suas funções de Comissário, António Hespanha contribuiu de forma decisiva para um entendimento da história portuguesa mais aberto aos múltiplos pontos de vista sobre o passado imperial português, lidando de forma corajosa com os principais mitos sobre esse passado. Foi também neste contexto que se intensificaram as relações entre a academia portuguesa e brasileira. As reflexões sobre o Império português que então desenvolveu e impulsionou foram, com grande probabilidade, a origem longínqua do último livro que publicou, *Filhos da Terra* (Lisboa, Tinta da China, 2019)

Estes são alguns marcos importantes do seu percurso que aqui seleccionámos. Mas está longe de o esgotar. Além disso, não revela outras características suas, como a extrema generosidade, ou o seu inesgotável amor pelo saber e pela partilha do saber.